casadesarmento
centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

# FALSIFICAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE INSCRIÇÕES.

PASSOS, Carlos de

Ano: 1923 | Número: 33

**Como citar este documento:**

PASSOS, Carlos de, Falsificação e destruição de inscrições. *Revista de Guimarães,* 33 (2-3) Abr.-Set. 1923, p. 114-118.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

# FALSIFICAÇÃO E DESTRUÏÇÃO DE INSCRIÇÕES

Na epigrafia, como na paleografia, nem todos os documentos gráficos dispõem duma plena veracidade. Na verdade, e apesar do árduo labor que isso impunha, há inscrições falsas, como há diplomas falsos.

Umas vezes erravam as cópias os canteiros e gravadores; doutras indivíduos interessados em certos fins executavam inscrições próprias ou adulteravam as existentes. Convém ainda não esquecer aqueles sujeitos que ao revivarem inscrições antigas, leigos na matéria, as estropiavam.

A falsidade directa, o fabrico clandestino, foram de grande intensidade no século XVI pelo interêsse epigráfico levantado pela Renascença a propósito do estudo das antiguidades oriental e clássica e teve entre nós um hábil cultor que foi André Rezende. Esse regresso ao passado causou uma violenta febre de procura de inscrições. O mais geral, porém, consistia em falsificar cópias: as inscrições originais haviam-se perdido, mas a boa sorte fizera com que a existência de cópias, em papel, as salvasse do total esquecimento.

Diversos motivos impeliam a essa falsificação directa ou indirecta. Por vezes era o desejo de ennobrecimento dos apelidos, o passatempo erudito, o empenho de dar foros de antiguidade a famílias e terras. E neste caso trabalhou e sobressaíu o engenhoso André Rezende a prol de Evora. Por outras, a vaidade de descobridores epigráficos, a conveniência de comprovar teses históricas, como as de Viriato.

Desta maneira a falsificação era considerável, o que determinava grave perturbação na epigrafia, mor-

mente pela habilidade com que os falsários, sempre dispondo de conhecimentos epigráficos, arranjavam suas produções. E o mal que já ascendia aos gregos agravou-se na Renascença; nesta época histórica teve tal fraude o maior incremento.

Dos que falsificavam cópias distinguiram-se Lupulli, Romanelli e Pratili di Capua, na Itália, e na Espanha, Trigueros e Higuera. E dentre os que trabalhavam em pedra são maiorais o susodito Rezende, Boissart e Pyrrho Ligório.

E o caso de inscrições autênticas — originais ou cópias — conterem erros e inexactidões é freqüente. Por diversas razões se cometiam consciente e inconscientemente. Umas vezes isso resultava de se gravarem *post-factum*, o que determinava a confusão das versões lendárias com a verdade; sirva de exemplo a inscrição feita no século XVIII relativa ao milagre do abade João, de Montemor o Velho, acontecido no século X. Por outras vezes ampliava-se a verdade dos factos por intuitos glorificadores e isso deu-se muito em monumentos panegíricos, como os do Egito e Assíria. Este caso verificava-se ainda nas descrições feitas com entusiasmo e paixão, apesar de factos comemorados e inscrições serem coevos. Doutras vezes os erros insinuavam-se nas datas, ao passá-los o canteiro do papel para a pedra, aconteciam freqüentemente na cópia múltipla duma inscrição original, como em Roma, onde dos contratos realizados se tiravam públicas-formas.

Por estas razões de falsificação e viciação incluem-se as inscrições em 4 classes: verdadeiras, falsas, duvidosas e interpoladas (parte falsa e parte verdadeira). O modo seguro de as destrinçar é deveras dificultoso. Exige um conhecimento amplo de epigrafia e paleografia, assim como das instituïções, costumes e títulos de cada época (caracteres locais), afim de se melhorarem e ajudarem as regras críticas fixadas para aquela classificação ou para sua crítica, visto que elas não se fundamentam num critério sólido e absoluto.

Ora pelo conhecimento dêsses caracteres locais conjugado com o dos caracteres gráficos, diferentes de época para época, pode marcar-se com grande aproximação e até certeza a data das inscrições.

Dizem as regras em face duma inscrição: 1.º Par-

te-se duma cópia ou do original? 2.º Quem foi o autor da cópia? 3.º Qual era a sua instrução?

No caso do original o simples exame directo resolve seguramente. Quando êle é falso, evidencia-se logo, ao entendido, ao crítico, a fraude, pois que é impossível ao falsário o superar tôdas as dificuldades que ela acarreta. O evitar anacronismos já não é pouco. Mas o realizar exactamente o desenho dos caracteres, suas dimensões, a separação das letras, o modo de redacção, as proporções peculiares a cada época, e o obter os instrumentos gráficos próprios e adaptados à maneira da gravação a fazer é coisa de costa arriba.

Quanto às cópias podem aceitar-se por boas as executadas por pessoas ignorantes de epigrafia ou as que apresentam epigrafistas reconhecidos como honestos. No primeiro caso haverá a descontar os erros naturais da reprodução, por má leitura.

Mas quando as cópias epigráficas não são de creaturas reputadas pelo melhor, há que pô-las de quarentena, sobretudo se são das tais que beneficiam os próprios. Por mais hábil que seja a falsificação, mostrará sempre calcanhares de Aquiles. Há sempre minúcias que lhes escapam, quando não escapam, mesmo, faltas de tômo, como acima se diz. Basta lembrar que o falsário há-de executar o que deseja, ao passo que o crítico, serêno, livre de preocupações, se limita a analisar, a observar.

---

Sem embargo de muitas serem as causas convergentes à destruïção das inscrições, podem-se reduzir a duas classes: principais e secundárias. Naquelas se abrangerão as relativas aos *tremores de terra*, *guerras* e *invasões*, *submersão de terras* e *incêndios*. A *estupidez*, a *paixão política*, a *avidez do roubo* e o *fanatismo religioso* constituem a segunda classe.

Os *tremoros de terra* raro são de molde a subverter ou transfigurar qualquer região. Mas em 267 um terramoto na Africa engoliu algumas cidades. Se, pois, êste é um flagelo benigno para a epigrafia, já o mesmo se não pode dizer das *guerras*. Estas teem sido de notável dano para essa sciência. Grande cópia

de estelas funerárias, depois da segunda guerra médica, foram aproveitadas na reconstrução dos muros de Atenas. E os bizantinos, em 534, depois de repelirem os bárbaros, levantaram muros com munumentos. Mais tarde, na Idade Média, foi êste péssimo exemplo muito seguido, até entre nós. Numerosos munumentos epigráficos, entre êles bastantes inscrições funerárias, serviram nas obras do castelo de Leiria, do de S. Jorge, em Lisboa, e ainda do Arco da Traição de Coimbra.

Pelas *invasões* também houve grossa perda. Nos séculos III e IV, por exemplo, à iminência de invasões na Gália, levantaram-se grossas muralhas à volta das cidades com tôda a espécie de pedra.

O caso de *submersão de terras*, o mais raro de todos, verificou-se com a submersão da ilha de Tega.

Nos *incêndios* já se sabe que funde o bronze e estalam o mármore e o calcáreo. Só no do Capitólio perderam-se 3000 inscrições. ¿ E quantas desapareceriam nos templos da Africa mandados incendiar por Filipe da Macedónia e cujas pedras foram destruídas para evitar-se-lhes a reconstrução ?

A economia leva muitas vezes a actos de *estupidez*. Por ela foi freqüente em Roma o apagar inscrições antigas e substituí-las por outras, mesmo, até, em estátuas. Quando não as apagavam, insculpiam as novas inscrições nos intervalos, no verso ou nos lados, se havia margens. Também substituíam nomes por outros, se as legendas pudessem aproveitar ao fim desejado. Disto sucedeu o confundir-se inscrições gentílicas com cristãs nas estelas funerárias cristãs, em razão de as fórmulas serem iguais. De tôdas estas brutalidades houve modelos no medievalismo e, até, mais tarde. Entre nós, no século 13, entaipou-se o claustro da Sé Velha; o castelo de Avô foi apeado para obras públicas; em 1859 demoliu-se, porquê ?, o notável especímen românico que era o templo de S. Cristóvão de Coimbra.

Quanto à *avidez do roubo*, já se sabe o que é. Violavam-se os túmulos com freqüência; furtavam-se inscrições por causa de litígios de propriedades. ¿ E não foi vandalizado o Arco de Almedina, no sítio do brasão mais antigo de Coimbra, do século 13, por causa das invencionices dum tesouro escondido ?

Em matéria de *fanatismo religioso* é óbvio falar. Das religiões sobrepondo-se umas às outras resultava a destruïção de inscrições, imagens, alterações nos templos, etc. Só os bárbaros destruíram tudo o que puderam apanhar do culto católico.

Já Demóstenes se queixava da *paixão política*. Por ela se praticavam condenáveis vandalismos: picavam-se inscrições, alteravam-se, roubavam-se. No caso das alterações é curioso êste exemplo: uma inscrição que dizia TI·CAESARE·AELIO·SEIANO·CC (Tiberio Cesare Aelio Sejano consulibus) foi transformada desta guisa TI·CAESARE·AVC·V·CC. Mudou-se o Aelio Sejano para Augustus Quintus.

CARLOS DE PASSOS.